

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS: PROEJA E PRONATEC

Zamboni, Viviane de Paula Gouveia¹ – vivipgzamboni@gmail.com
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira
CEP 30510-000 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Santos, Talitha Araújo² – talithaas@gmail.com
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Oliveira, Maria Rita Neto Sales³ – mariarita2@dppg.cefetmg.br
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Resumo: *O presente artigo tem como objetivo identificar aspectos discutidos em produções acadêmicas sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ou seja, sobre políticas públicas educacionais voltadas para a Educação Profissional direcionadas aos trabalhadores jovens e adultos. O PROEJA apresenta como fundamento a “integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral” e tem por objetivo, conforme o Decreto n. 5.840/2006 (Brasil, 2006), o aumento da escolaridade de jovens e adultos por meio da educação básica integrada à educação profissional. Além do PROEJA, em 2011, com a promulgação da Lei n. 12.513/11 (Brasil, 2011), instituiu-se o PRONATEC, que tem como objetivo básico a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além da contribuição para a melhoria da qualidade do ensino médio público (Brasil, 2011). Para a consecução do objetivo mencionado, realizou-se pesquisa bibliográfica tendo-se como fontes, entre outras, trabalhos apresentados em eventos científicos, bancos de dissertações e teses e periódicos na área da educação. Os resultados do estudo indicam 247 e 16 estudos sobre, respectivamente, o PROEJA e o PRONATEC. Além disso, a produção na área aborda vários temas. No entanto,*

¹ Mestranda no mestrado em Educação Tecnológica (ET) do CEFET/MG. Licenciada em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Mestranda no mestrado em Educação Tecnológica (ET) do CEFET/MG. Graduada em Direito e especialista em Docência do Ensino Superior e Inspeção Escolar.

³ PHD na área de Educação. Professora Titular do CEFET-MG, atuando na graduação e no mestrado em ET.

no estudo dos dois programas, são comuns apenas cinco deles, entre os quais salienta-se o tema de “Implantação, implementação e avaliação do programa”.

Palavras-chave: PROEJA.PRONATEC. Políticas Públicas. Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de duas políticas públicas educacionais direcionadas aos trabalhadores jovens e adultos: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Tem-se como objetivo identificar aspectos enfatizados sobre os dois programas em produções acadêmicas.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, realizada no segundo semestre de 2015. Foram destacados os estudos que utilizam os descritores PROEJA e PRONATEC, e que se referem a teses e dissertações ou trabalhos em anais de eventos científicos, ou, ainda, trabalhos publicados em periódicos. O recorte temporal foi de 2005 até o ano de 2015.

1.1 Políticas públicas

Pode-se afirmar que a busca por melhores postos de trabalho e condições de vida mais satisfatórias levam alguns indivíduos a voltarem para as salas de aula. Esses indivíduos são jovens e adultos que não conseguiram concluir seus estudos no período caracterizado como regular. De acordo com o *Documento Base do PROEJA* (Brasil, 2007), eles são

(...) obrigados a abandonar o percurso, ou pelas reiteradas repetências, indicadoras do próprio “fracasso”, ou pelas exigências de compor renda familiar, insuficiente para a sobrevivência, face ao desemprego crescente, à informalidade e a degradação das relações de trabalho, ao decréscimo do número de postos. (BRASIL, 2007)

Segundo Arroyo (2005), esses sujeitos apresentam trajetórias escolares truncadas.

Carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. Negação até do direito a ser jovem, as trajetórias escolares truncadas se tornam mais perversas porque se misturam com essas trajetórias humanas. Reforçam-se mutuamente (ARROYO, 2005).

Uma sala de aula formada por alunos da EJA é, segundo o *Documento Base Nacional* (Brasil, 2008), um espaço de tensão e aprendizado que envolve diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a sua formação como sujeitos da história.

Lembre-se que a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso à escolarização em idade apropriada por várias razões, ou obtiveram insucessos que acarretaram seu abandono escolar. De fato, esta forma de educação trabalha, normalmente, com pessoas desfavorecidas e, por isso, dependentes de políticas públicas.

Nessas condições, importa registrar que a implantação ou não de determinada política pública, em geral, e no caso de políticas direcionadas aos trabalhadores jovens e adultos, depende da articulação de interesses entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Dentro disso, segundo Mincato (2012), na sociedade capitalista,

as políticas públicas podem ser compreendidas como estratégias de ação governamental que buscam compatibilizar as duas grandes fontes do Poder Público: os recursos econômicos provenientes do processo de produção e de acumulação privada do capital, obtidos, sobretudo por meio de impostos e tributações e que asseguram um dos elementos necessários para a produção de Políticas Públicas; e a legitimidade política dos poderes públicos, advinda quer dos pleitos eleitorais que autorizam os poderes públicos constituídos a agirem, pelo menos em regimes político democráticos, quer das próprias políticas públicas. (MINCATO, 2012, p. 84).

Em relação à legitimidade política, ela pode ser confirmada pela eficácia do governo na resolução de problemas da sociedade, no contexto do modo de produção capitalista, e dentro desse na elevação dos níveis de capacidade econômica e, de bem-estar da população. Conforme Mincato (2012),

é do próprio processo de desenvolvimento capitalista que saem os recursos econômicos necessários à produção de políticas públicas. Isso significa que os Poderes Públicos constituídos, na sua relação com os agentes econômicos, estão estruturalmente impossibilitados de ameaçar por meio de suas políticas a propriedade privada produtiva e, por extensão, o processo de acumulação privada de capital. Por isso, as políticas públicas são ações que visam a assegurar o contínuo desenvolvimento capitalista. (MINCATO, 2012, p. 85).

As políticas públicas, portanto, são iniciativas cujo objetivo é assegurar o modo de produção e o desenvolvimento capitalista, além de ainda poder articularem-se como forma de perpetuar a legitimidade do poder do Estado. Contudo, mesmo visando o capitalismo, a execução de tais políticas é precedida e também permeada por muitos conflitos e lutas entre classes. Segundo Bianchetti (1999), “As características destas políticas resultam das condições gerais da sociedade, ou seja, suas características dependem do conflito social e da correlação de forças que nele intervêm”.

1.2 PROEJA e PRONATEC

O PROEJA tem por objetivo, conforme o *Decreto n. 5.840/2006* (Brasil, 2006), o aumento da escolaridade de jovens e adultos por meio da educação básica integrada à educação profissional. Foi originalmente denominado de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo *Decreto n. 5.478/2005* (Brasil, 2005), que cria o programa, mas o restringe ao âmbito das instituições federais. Renomeado pelo *Decreto n. 5.840/2006* (Brasil, 2006) como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o programa pode ser articulado ao ensino fundamental ou ao ensino médio e adotado pelas instituições públicas estaduais e municipais e pelas entidades privadas vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”) ⁴.

Conforme *Documento Base do PROEJA* (Brasil, 2007), o programa apresenta como fundamento a “integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral” e assinala, ainda, a crescente necessidade de políticas públicas visando o desenvolvimento de ações que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas desse alunado.

O PROEJA, portanto, sustentado pela *Lei n. 9.394/96* (Brasil, 1996) e pelo *Decreto n. 5.154/2004* (Brasil, 2004), tenta romper com a dualidade existente entre o ensino propedêutico (científico) e o ensino técnico, integrando a educação profissional à educação básica com o intuito de fortalecer a formação humana, concedendo aos seus sujeitos o acesso aos saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos ao mesmo tempo em que os capacita para o mercado de trabalho. De acordo com Silva (2011), “a integração entre conhecimentos científicos e tecnológicos implicaria a superação da mera justaposição de disciplinas, e ainda a tentativa de promover uma articulação entre saber científico e saber técnico...”.

O segundo programa em questão, o PRONATEC, foi instituído pela *Lei n. 12.513/11* (Brasil, 2011). Ele tem como objetivo básico a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além da contribuição para a melhoria da qualidade do ensino médio público. Essa legislação prevê que o programa oferecerá cursos

⁴“Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest) (BRASIL, 2015)”.

gratuitos, financiados pelo governo federal, nas escolas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do Sistema S, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação. Os cursos oferecidos são divididos em três modalidades: o técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano; o técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano; e os de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

Em 2011, a presidente Dilma Rousseff, em uma entrevista dada ao programa *Café com a Presidenta*, refere-se ao PRONATEC da seguinte forma:

O Pronatec será um conjunto de ações voltadas para os estudantes e trabalhadores que querem fazer um curso técnico e que não têm como pagar. Será um programa, tanto de bolsas quanto de financiamento estudantil. O Novo Fies, por exemplo, estará dentro do Pronatec e, assim, também o estudante do Ensino Médio vai poder ter seu financiamento para estudar em escolas técnicas privadas. (...) Hoje, no Brasil, quem tem informação tem emprego, por isso, no âmbito do Pronatec também ofereceremos formação profissional em cursos com carga horária a partir de 160 horas para o trabalhador e a trabalhadora brasileira (ROUSSEFF, 2011).

De acordo com o sítio eletrônico do programa (www.pronatec.mec.gov.br), entre os anos de 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de oito milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Apesar da emissão de certificados e de toda estrutura disponibilizada não só pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁵, como também Sistema S e instituições particulares, fica evidente que o Pronatec passa a constituir quase que uma escola paralela, com suas próprias regras, professores, sistema de matrículas e processo seletivo diferenciado. Francoiet *al* (2013) sustentam ainda que é como uma “escola com vida própria que orbita os institutos federais, mas não se submete completamente aos seus regramentos e projetos políticos”.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PROEJA E PRONATEC

O estudo bibliográfico foi realizado em bases de dados, periódicos e anais. As bases de dados foram: Portal de Periódicos CAPES; Banco de Teses CAPES/MEC; Bibliotecas Digitais de

⁵ De acordo com a Lei n. 11.892/2008 (Brasil, 2008), os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Teses e Dissertações IBICT, CEFET-MG, PUC Minas e UFMG; sítio eletrônico Domínio Público. Os periódicos foram: Educação & Sociedade; Revista Brasileira de Educação; Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica e Trabalho & Educação. Os trabalhos relativos aos Simpósios bianuais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), particularmente nos Grupos de Trabalho de Estado e Políticas (GT 05), Trabalho e Educação (GT 09), Política de Educação Superior (GT 11) e Educação de Jovens e Adultos (GT 18); os trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); no IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e no XXXVIII Encontro da ANPAD.

Sobre o PROEJA foram contabilizados 247 trabalhos. Desses, obteve-se: 174 dissertações de Mestrado, 35 teses de Doutorado e 38 artigos. Sobre o PRONATEC identificou-se 17 trabalhos. Entre eles, 8 dissertações de Mestrado, 1 tese de Doutorado e 8 artigos.

Os Trabalhos citados foram, posteriormente, divididos em dez temas, identificados na Tabela 1, descrita abaixo, conforme a análise de seus títulos e resumos.

Tabela 1 - Trabalhos sobre PROEJA e PRONATEC por categorias – 2005 – 2015⁶

Grupos Temáticos	Número de publicações sobre PROEJA	Número de publicações sobre PRONATEC
Prática pedagógica e/ou ensino e aprendizagem	56	-
Implantação, implementação e avaliação do programa	54	8
Currículo e/ou currículo integrado	33	-
Sujeitos	32	3
Formação de docentes	26	-
Relação trabalho e educação	16	3
Saberes da experiência e saberes da formação	9	-
Acesso, permanência e evasão	16	2
Mapeamento de produções	3	1
Material didático	2	-
Total	247	17

Fonte: Sítios eletrônicos das instituições e dos periódicos.

Observa-se que o número de trabalhos obtido com o descritor PROEJA, 247 trabalhos, é maior que o obtido com o descritor PRONATEC, 17 trabalhos, o que, de certa forma, é de se

⁶ Considera-se que o número de trabalhos produzidos é maior do que o obtido neste levantamento bibliográfico, principalmente, porque o Banco de Teses e Dissertações da Capes disponibilizou apenas as produções dos anos de 2011 e 2012, no período de busca para essa pesquisa, segundo semestre de 2015.

esperar, uma vez que este último é um programa mais recente, implantado em 2011, em relação ao primeiro, que foi implantado em 2005.

Percebe-se, nos trabalhos acadêmicos sobre o PROEJA, uma preocupação em relação às questões pedagógicas, tais como a prática pedagógica, o ensino e a aprendizagem, o currículo, a formação docente, a relação entre saber da experiência e saber da formação e o material didático. Contudo, não há estudos relacionados a estes processos pedagógicos nas produções acadêmicas sobre o PRONATEC.

Em ambos os casos, a produção apresenta trabalhos sobre mapeamento de estudos sobre os programas. A leitura desses mapeamentos contribuiu para a construção dos grupos temáticos, apresentados na Tabela 1, deste artigo.

Além dessas constatações, uma grande parte das pesquisas, em ambos os programas, está relacionada ao processo de implantação, implementação e avaliação dos mesmos. Nesse caso foram constatadas algumas características dos programas, tais como: a imposição de sua implantação, no caso do PROEJA; as dificuldades e os desafios de se estabelecer um projeto político-pedagógico que atenda às especificidades dos jovens e adultos; as inflexões nas políticas de educação profissional, representando um retrocesso, do PROEJA para o PRONATEC, nas políticas de formação dos trabalhadores.

Neste artigo, devido à limitação de páginas, abordou-se apenas um estudo sobre cada programa. Optou-se pelo grupo temático com o maior número de publicações comuns em ambos os programas: Implantação, implementação e avaliação dos programas.

Sobre o PROEJA, no estudo de Chilante (2013), analisou-se o processo de formulação do PROEJA no Brasil. O objetivo de seu estudo consistiu em “apreender a relação Estado/sociedade civil na trama de relações, tensões e conflitos que resultaram na construção do referido programa”. Para isso, a autora entrevistou integrantes do Grupo de Trabalho que elaborou o Documento Base Proeja de nível médio, representantes do Ministério do Trabalho, do Sistema S e do movimento sindical. O seu estudo evidenciou “o caráter político do processo decisório em políticas públicas como resultado das interações entre os principais interesses setoriais representados no processo”. Em relação ao PRONATEC, Franzoi, Silva e Costa (2013) examinaram as recentes inflexões nas políticas de educação profissional, focando o caso do Proeja e do Pronatec. Baseia-se em estudo de caso em um campus de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul e em dados coletados em outros IF's do estado. Traça um paralelo entre as duas políticas, desde sua formulação à sua implementação. Resulta das análises a constatação do engajamento de grande parte dos atores envolvidos, identificados com a proposta na implementação do Proeja, com indicativos promissores quanto à sua

continuidade. No entanto, frente à ênfase, ou quase exclusividade, dada ao Pronatec, observa-se um refluxo do Proeja o que representa um retrocesso nas políticas de formação de trabalhadores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta como resultado 264 estudos, 247 sobre o PROEJA e 17 sobre o PRONATEC. Além disso, as produções acadêmicas relacionadas ao PROEJA apresentam maior diversidade de temas se comparadas com as relacionadas ao PRONATEC. No entanto, no estudo dos dois programas, são comuns os seguintes temas: “Implantação, implementação e avaliação do programa”; “Sujeitos”; “Acesso, permanência e evasão”; “Mapeamento de produções” e “Relação trabalho e educação”. O primeiro destes temas apresentou o maior número de estudos.

Diante da análise realizada, pode-se identificar que, em comparação ao PROEJA, há uma carência de estudos sobre o PRONATEC, sobretudo, no que se refere aos processos pedagógicos. Sendo assim, evidencia-se um campo aberto de estudos acerca das questões pedagógicas no PRONATEC, tais como a prática pedagógica, o ensino e a aprendizagem, o currículo, a formação docente, a relação entre saber da experiência e saber da formação e o material didático.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.; GOMES, N.L. (Orgs.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, p.53-67, 2005.

BIANCHETTI, Roberto Geraldo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 119 p. (Questões da nossa época).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p.1.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 jul. 2004. Seção 1. p.18.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 jun. 2005. Seção 1. p. 4.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 14 jul. 2006. Seção 1.p. 7.

_____. **PROEJA**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos: Documento Base. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Base Nacional**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf>. Acesso em 07 out. 2014.

_____. Lei nº 11.892, de 29 dez. 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) [...] e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Senado Federal. 2015. **Glossário Legislativo**: Sistema S. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 15 out. 2015.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. **Processo decisório em políticas públicas**: Análise da formulação do PROEJA em âmbito nacional. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000917488&fd=y>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro; COSTA, Rita de Cássia Dias. PROEJA e PRONATEC: a dança dos atores entre a formulação e a implementação de políticas governamentais. In: 36ª REUNIÃO DA ANPED, 2013, Goiás. **[Anais eletrônicos...]**. Goiás: UFG, 2013. Disponível em: <<http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

MINCATO, Ramone. Políticas públicas e sociais: uma abordagem crítica e processual. In: OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Org.). **Políticas públicas**: definições, interlocuções e experiências. Caxias do Sul: EducS, 2012. p. 81-97.

ROUSSEF, Dilma. **Governo cria incentivos para formação técnica de jovens e trabalhadores**. Brasília, Distrito Federal, 14 fev. 2011. Entrevista concedida a Luciano Seixas no Programa Café com a Presidenta. Disponível em:

<http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/governo-cria-incentivos-para-formacao-tecnica-de-jovens-e-trabalhadores>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A política de integração curricular no âmbito do PROEJA: entre discursos, sujeitos e práticas. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p.307-326, set. 2011. Trimestral. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n71/a05v19n71.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2015.

PUBLIC POLICIES IN VOCATIONAL EDUCATION AND YOUNG ADULTS: PROEJA AND PRONATEC

Abstract: *This article aims to identify aspects discussed in academic productions on National Program of Professional Educational Integration with Basic Education in Adult and Youth Education Mode (PROEJA) and the National Program of Access to Technical education and Employment (PRONATEC), that is, about public and educational policies for professional education directed to young people and adult workers. The PROEJA has as foundation the "integration between work, science, technique, technology, humanism and general culture" and aims, according to the Decree. 5840/2006 (Brazil, 2006), the increase of the education of youth and adults by the basic education integrated to the professional education. Besides PROEJA in 2011 with the enactment of Law nº 1251 / 11 (Brazil, 2011), it was instituted the PRONATEC, which the basic objective is the expansion, internalization and democratization of the offering of technological and professional courses in the country, as well as contribution to improving the quality of public high school (Brazil, 2011). To achieve the mentioned objective, there was a literature search having as sources, among others, works presented at scientific meetings, theses and dissertations databases and journals in the educational area. The study results indicate 247 and 16 studies about, respectively, PROEJA and PRONATEC. Furthermore, the production in this area addresses several issues. However, in the study of both programs are common only five of them, among which it's highlighted the theme of "Implementation, implementation and evaluation of the program".*

Keywords: PROEJA. PRONATEC. Public policy. Professional education. Youth and Adult Education.